

RESUMO - CE 03. MEIO AMBIENTE E SAÚDE

**A COMERCIALIZAÇÃO ILEGAL DE ANIMAIS EM CANIS CLANDESTINOS E
A LACUNA NA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA**

Thayna Alves (thayna.alves@univale.br)

Lorena Gonçalves Vieira (Lorena.vieira@univale.br)

Ana Luiza Valério Fernandes (AnaLuiza.Fernandes@univale.br)

Introdução: O trabalho de extensão aborda a grave problemática da comercialização ilegal de animais em canis clandestinos no Brasil, destacando os impactos éticos, legais, ambientais e de saúde pública gerados por essa prática. Esses criadouros operam fora da legalidade, sem fiscalização, submetendo os animais – principalmente cães – a condições degradantes, sem cuidados veterinários básicos e reproduzidos de forma desenfreada, o que acarreta sérias consequências, como o aumento do número de animais abandonados e a propagação de zoonoses. Objetivos: Diante desse cenário, o estudo tem como objetivo analisar os impactos dessas atividades ilegais e propor medidas que envolvam a conscientização da sociedade sobre os riscos e as responsabilidades envolvidas, reforçando a importância da denúncia, da adoção responsável e da verificação da procedência dos animais antes da aquisição. Metodologia: A pesquisa adota uma abordagem qualitativa,

fundamentada em revisão bibliográfica e documental, utilizando artigos acadêmicos, legislações brasileiras, relatórios do Conselho Federal de Medicina Veterinária (CFMV) e dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Resultados: Os resultados demonstram que a erradicação dos canis clandestinos exige uma resposta conjunta e multidisciplinar, com o fortalecimento de políticas públicas voltadas à esterilização, adoção responsável e campanhas educativas que promovam a empatia e o respeito aos direitos dos animais. Também se destaca a necessidade de ampliar as penalidades para criadores ilegais e plataformas digitais que facilitam a venda de animais sem comprovação de origem, bem como incentivar a atuação conjunta entre órgãos públicos, ONGs e sociedade civil no combate a essa prática. Conclusão: Conclui-se que a persistência dos canis clandestinos é reflexo da desinformação quanto aos direitos dos animais ao bem-estar. Superar essa realidade demanda o reconhecimento da causa animal como uma pauta de interesse público que articule legislação, educação e políticas públicas efetivas. O respeito à vida animal deve ser visto não apenas como um dever jurídico, mas como um compromisso ético fundamental para a construção de uma sociedade mais justa, empática e sustentável.

Palavras-chave: zoonoses; canil; legislação; ética; animais.